



**PARECER ÚNICO RECURSO Nº 303/2017**

Auto de Infração nº: 50142/2013

Processo SIAM nº: 16167/2010/002/2013

Auto de Fiscalização/BO nº: 106738/2013

Data: 25/04/2013

Embasamento Legal: Decreto 44.844/2008, Art. 86, anexo III, código 305

**Autuado:**

Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária - INCRA

**CNPJ / CPF:**

02.360.944/0001-03

**Município:** Buritis/MG

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Isabela Pires Maciel Gestor (a) Ambiental com formação jurídica	1402074-7	<i>Isabela Pires Maciel</i> Gestora Ambiental Masp: 1.402.074-7
Zelvânio Santiago da Silva Gestor (a) Ambiental com formação técnica	1251880-9	<i>Zelvânio Santiago da Silva</i> Analista Ambiental SUPERAM NOR - MASP 1251880-9
De acordo: Renata Alves dos Santos Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1364404-2	<i>Renata Alves dos Santos</i> Gestora Ambiental MASP 1364404-2
De acordo: Ricardo Barreto Silva Diretor Regional de Regularização Ambiental	1148399-7	<i>Ricardo Barreto Silva</i> Diretor Regional de Regularização Ambiental SUPERAM NOR MASP 11483997
De acordo: Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	<i>Rodrigo Teixeira de Oliveira</i> Diretor Regional de Controle Processual Masp 11383114

**1. RELATÓRIO**

Em 13 de maio de 2013 foi lavrado pela Diretoria Regional de Regularização Ambiental o Auto de Infração nº 50142, que contempla a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de R\$ 38.264,99 por ter sido constatada a prática da seguinte irregularidade:

*"Explorar a área de 30,8 hectares de Área de Preservação Permanente com pastagem"* (Auto de Infração nº 50142)

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível.

Em 17 de setembro de 2014, a defesa apresentada foi decidida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente, sendo mantida a penalidade aplicada.

O Autuado foi devidamente notificado de tal decisão e apresentou recurso, protocolado dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto pelo art. 43, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, portanto tempestivo.

**2. FUNDAMENTO**

Em análise preliminar do presente Auto de Infração, verificamos que o autuado faz jus ao benefício previsto no art. 59, § 4º, da Lei 12.651/2012. Senão vejamos:

"Art. 59. A União, os Estados e o Distrito Federal deverão, no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação desta Lei, prorrogável por uma única vez, por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo, implantar Programas de Regularização Ambiental - PRAs de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las aos termos deste Capítulo.



[...]

§ 4º No período entre a publicação desta Lei e a implantação do PRA em cada Estado e no Distrito Federal, bem como após a adesão do interessado ao PRA e enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.

Nesse sentido Frederico Amado, em seu livro Direito Ambiental Esquematizado, aduz:

“Apenas com a aprovação do PRA pelos Estados e pelo Distrito Federal, caso não haja adesão pelo interessado no prazo de um ano, contado a partir da sua implantação, prorrogável por uma única vez, por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo, poderão os órgãos ambientais aplicar as penalidades administrativas aos antigos infratores nessas áreas protegidas.

Insta Salientar que, a partir da assinatura do termo de compromisso, serão suspensas as sanções decorrentes das infrações relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito até 22 de julho de 2008, e, cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA ou no termo de compromisso para regularização ambiental das exigências do CFlo, nos prazos e condições neles estabelecidos, as multas referidas serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas conforme definido no PRA”.

Dessa forma, considerando que a intervenção em área de preservação permanente constante do Auto de Infração em análise, ocorreu antes de 22 de julho de 2008, o proprietário não poderia ser autuado, em função da determinação legal acima descrita.

Cumpre-nos ressaltar que a Administração Pública está sujeita ao Princípio da Autotutela Administrativa, princípio basilar das relações jurídico-administrativas que é definido como o poder-dever que a Administração Pública tem de rever seus próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes e/ou inoportunos, sem a necessidade de se recorrer ao Poder Judiciário.

Mencionado princípio encontra-se previsto expressamente no art. 64, da Lei Estadual nº 14.184/2002, que dispõe sobre o procedimento administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, e está consagrado pela jurisprudência pátria, já tendo sido, inclusive, sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal Federal. Senão vejamos:

“Súmula 346 – A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”

“Súmula 473 – A Administração Pública pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

### 3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, remetemos os presentes autos ao Conselho de Administração do IEF, nos termos do artigo 73, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.042/2016, sugerindo a **ANULAÇÃO** do Auto de Infração nos termos do art. 59, §4º da Lei 12.651/2012, do art. 64, da Lei Estadual nº 14.184/2002 e do Princípio da Autotutela Administrativa.